



SONAE - S.G.P.S., S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Lugar do Espido - Via Norte - 4471- 909 MAIA

Capital Social: Euro 2.000.000.000

C.R.C. Maia - Matrícula nº 14 168

Pessoa Colectiva nº 500 273 170

RELATÓRIO E CONTAS

1º SEMESTRE 2003

Sonae SGPS, SA - Sociedade Aberta
Lugar do Espido Via Norte Apartado 1011
4471-909 Maia Portugal
Capital Social Euro 2 000 000 000
C.R.C. Maia (Matricula n.º 14.168)
Pessoa Colectiva n.º 500 273 170

RELATÓRIO DE GESTÃO

1º SEMESTRE DE 2003

Senhores Accionistas:

Apresentamos a V. Ex.as o relatório de gestão e demonstrações financeiras referentes ao 1º semestre de 2003, salientando que estas se referem à actividade individual da sociedade mãe do Grupo, a Sonae SGPS, SA, sendo a informação sobre a actividade consolidada apresentada em relatório autónomo.

1. ACTIVIDADE

Durante o primeiro semestre as alterações com significado na carteira de participações foram:

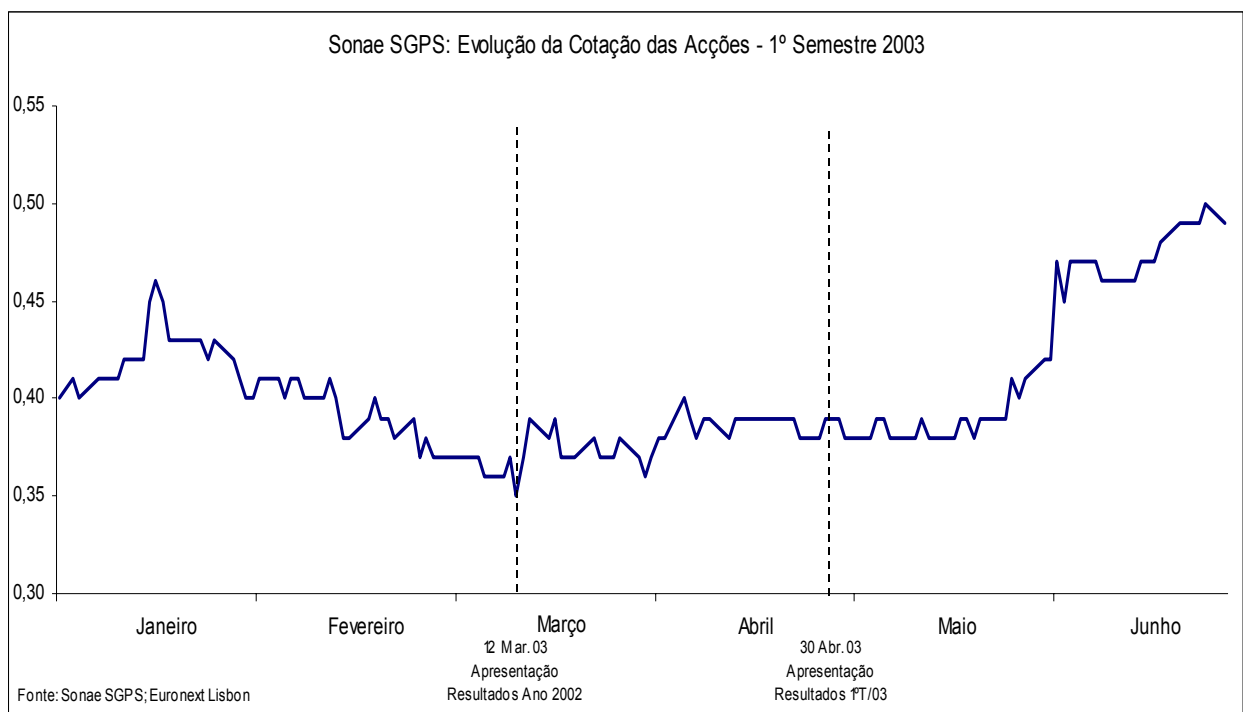
- em Janeiro de 2003, a subscrição de 70.630.580 acções no aumento de capital da Modelo Continente, SGPS, SA de 1.000 para 1.100 milhões de euros, através da emissão de 100.000.000 novas acções ao valor nominal, o qual tinha sido objecto de subscrição indirecta por um sindicato bancário em 2002, um investimento de 76,4 milhões de euros;
- a aquisição da participação detida por filial da Suzano no capital social da Sonae Produtos e Derivados Florestais, SGPS, SA por 136,2 milhões de euros.

No semestre foram concedidos suprimentos às filiais no total de 209 milhões de euros, tendo sido devolvidos pelas filiais suprimentos no valor total de 309 milhões de euros.

2. RESULTADOS E SITUAÇÃO FINANCEIRA

A sociedade registou no primeiro semestre de 2003 um resultado líquido positivo de cerca de 17,2 milhões de euros, que decorreu essencialmente dos juros de suprimentos recebidos das suas filiais deduzidos dos juros pagos associados a financiamento bancário.

3. MERCADO DE CAPITALIS



No semestre a cotação da acção Sonae valorizou-se cerca de 23%, o que compara com uma ligeira valorização do índice PSI 20 em cerca de 0,3%.

4. ACÇÕES PRÓPRIAS

Durante o primeiro semestre de 2003 a sociedade não efectuou aquisições ou alienações de acções próprias. Em consequência o número de acções próprias é de 134.128.021 com um custo médio por acção de cerca de 1,07 euros. A cotação das acções no fim do 1º semestre era de 0,49 euros.

A filial Modelo Continente, SGPS, SA detinha no fim do 1º semestre 50.000 acções da Sonae SGPS, SA no valor de 0,5 milhões de euros.

5. GOVERNO DA SOCIEDADE

Não ocorreram alterações significativas no semestre em relação ao governo da sociedade.

Maia, 31 de Julho de 2003

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Álvaro Carmona e Costa Portela

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

INFORMAÇÃO DOS ORGÃOS SOCIAIS

Dando cumprimento à alínea b) do nº1 do artº 7º do Regulamento da CMVM nº 11/2000, com as alterações introduzidas pelo Regulamento nº 24/2000, declaramos ter recebido a seguinte informação:

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	30.06.2003
<hr/>						
Belmiro Mendes de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						49.999.997
Imparfin, SGPS, SA (3)						112.500
Sonae, SGPS, SA						14.901
Sonae.com, SGPS, SA						75.537
Álvaro Carmona e Costa Portela						
Sonae, SGPS, SA						25.934
Sonae.com, SGPS, SA						59.800
Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão						
Sonae.com, SGPS, SA						59.800
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						1
Imparfin, SGPS, SA (3)						112.500
Sonae, SGPS, SA						277.486
Sonae.com, SGPS, SA						264.875
Obrigações Sonae Indústria / 98						0
Amortização	03.03.2003			2.013.647	0,01	
Obrigações Modelo Continente / 95						598.558
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério						
Sonae, SGPS, SA						4.564
Sonae.com, SGPS, SA						59.800

	Aquisições		Alienações		Saldo em
	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	30.06.2003
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA					
Sonae, SGPS, SA					948.101.424
Pareuro, BV (2)					20.000
(2) Pareuro, BV					
Sonae, SGPS, SA					108.820.695
(3) Imparfin, SGPS, SA					
Sonae, SGPS, SA					5.193.798

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Dando cumprimento ao artº 7º, nº 1, alínea d) do Regulamento da CMVM nº 11/2000, com as alterações introduzidas pelo Regulamento nº 24/2000, indicamos os titulares de participações qualificadas a 30 de Junho de 2003:

Accionista	Nº de acções	% Direitos de voto
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	948.101.424	50,81%
Pareuro, BV	108.820.695	5,83%
Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo	14.901	0,00%
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	321.012	0,02%
Nuno Miguel Teixeira de Azevedo	808.086	0,04%
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	277.486	0,01%
Total imputável	1.058.343.604	56,72%

SONAE, SGPS, SA
Balanço

euros

Activo	03.06.30			02.06.30
	Activo Bruto	Amort. e Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
IMOBILIZADO				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação.....	16.191.325	16.191.325		686.120
Propriedade industrial e outros direitos.....	19.486	19.486		
	16.210.811	16.210.811		686.120
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento básico.....	17.352	12.154	5.198	6.934
Equipamento de transporte.....	194.407	194.407		698
Equipamento administrativo.....	1.561.617	1.530.455	31.162	43.451
	1.773.376	1.737.016	36.360	51.083
Investimentos financeiros:				
Partes de capital empresas do grupo.....	2.553.950.843		2.553.950.843	3.106.780.767
Empréstimos a empresas do grupo.....	1.475.548.767		1.475.548.767	1.457.104.590
Títulos e outras aplicações financeiras.....	49.880		49.880	
	4.029.549.490		4.029.549.490	4.563.885.357
CIRCULANTE				
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
Outros devedores.....	31.072		31.072	31.263
	31.072		31.072	31.263
Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
Empresas do grupo.....	104.080.531		104.080.531	219.667.193
Estado e outros entes públicos.....	4.037.917		4.037.917	5.238.957
Outros devedores.....	1.355.895		1.355.895	82.205.701
	109.474.343		109.474.343	307.111.851
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários.....	104.083		104.083	
Caixa.....	2.500		2.500	2.500
	106.583		106.583	2.500
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Acréscimos de proveitos.....	14.606.414		14.606.414	27.212.172
Custos diferidos.....	309.895		309.895	449.316
	14.916.309		14.916.309	27.661.488
Total de amortizações		17.947.827		
Total de provisões				
Total do activo	4.172.061.984	17.947.827	4.154.114.157	4.899.429.662

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, SA
Balanço
euros

Capital Próprio e Passivo	03.06.30	02.06.30
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital.....	2.000.000.000	2.000.000.000
Acções próprias - valor nominal.....	-134.128.021	-121.115.754
Acções próprias - descontos e prémios.....	-9.856.199	-17.415.866
Reservas:		
Reservas legais.....	150.629.362	150.629.362
Outras reservas.....	1.405.775.521	1.805.156.799
	3.412.420.663	3.817.254.541
Resultado líquido	17.159.969	18.807.702
Total dos capitais próprios	3.429.580.632	3.836.062.243
PASSIVO		
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
Empréstimos por obrigações:		
Não convertíveis.....	149.639.369	199.519.159
Dívidas a instituições de crédito.....	43.750.000	50.000.000
Outros credores.....		372.286.172
	193.389.369	621.805.331
Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
Empréstimos por obrigações:		
Não convertíveis.....	49.879.790	
Dívidas a instituições de crédito.....	342.349.504	336.248.705
Fornecedores c/c.....	267.668	115.397
Empresas do grupo.....	96.609.635	63.071.903
Outros accionistas.....	64.508	146.776
Fornecedores de imobilizado c/c.....		432
Estado e outros entes públicos.....	84.915	225.756
Outros credores.....	35.268.535	35.345.953
	524.524.555	435.154.922
Acréscimos e diferimentos		
Acréscimos de custos.....	6.619.601	6.407.166
	6.619.601	6.407.166
Total do passivo	724.533.525	1.063.367.419
Total do capital próprio e do passivo	4.154.114.157	4.899.429.662

O Técnico de Contas
O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, SA
Demonstração dos Resultados por Natureza
euros

	03.06.30		02.06.30	
CUSTOS E PERDAS				
Fornecimentos e serviços externos		846.759		1.905.966
Custos com o pessoal:				
Remunerações.....	1.217.137		1.078.204	
Encargos sociais:				
Outros.....	198.724	1.415.861	725.054	1.803.258
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	8.029		712.513	
Provisões.....		8.029		712.513
Impostos.....	854.873		654.571	
Outros custos operacionais.....	82.140	937.013	31.070	685.641
(A)		3.207.662		5.107.378
Juros e custos similares:				
Relativos a empresas do grupo.....	2.360.799		2.448.635	
Outros.....	13.945.606	16.306.405	16.081.070	18.529.705
(C)		19.514.067		23.637.083
Custos e perdas extraordinárias		40.084		
(E)		19.554.151		23.637.083
Imposto sobre o rendimento.....				
(G)		19.554.151		23.637.083
Resultado líquido.....		17.159.969		18.807.702
		36.714.120		42.444.785
Proveitos e ganhos				
Prestação de serviços				
Proveitos suplementares	4.592		21.785	
Outros proveitos e ganhos operacionais		4.592		21.785
(B)		4.592		21.785
Ganhos de participações de capital:				
Relativos a empresas do grupo.....				
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:				
Relativos a empresas do grupo.....	2.848.979		2.538.214	
Outros.....				
Outros juros e proveitos similares:				
Relativos a empresas do grupo.....	33.004.815		32.166.654	
Outros.....	25.665	35.879.459	4.133.139	38.838.007
(D)		35.884.051		38.859.792
Proveitos e ganhos extraordinários		830.069		3.584.993
(F)		36.714.120		42.444.785
Resumo:				
Resultados operacionais: (B) - (A) =		-3.203.070		-5.085.593
Resultados financeiros: [(D) - (B)] - [(C) - (A)] =		19.573.054		20.308.302
Resultados correntes: (D) - (C) =		16.369.984		15.222.709
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =		17.159.969		18.807.702
Resultado líquido: (F) - (G) =		17.159.969		18.807.702

O Técnico de Contas
O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, S.A.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

EM 30 DE JUNHO DE 2003

(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Sociedade ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. DISPOSIÇÕES DO POC DERROGADAS NO EXERCÍCIO

Nas demonstrações financeiras não foi aplicado o método da equivalência patrimonial previsto pela Directriz Contabilística nº 9/92, por se considerar que, apresentando esta sociedade demonstrações financeiras consolidadas, a aplicação do referido método nas contas individuais continuaria a não traduzir uma imagem apropriada da composição do património e actividades desenvolvidas pelo conjunto da Sociedade com as suas filiais. Adicionalmente, a aplicação deste método, quando a Sociedade apresenta demonstrações financeiras consolidadas não é obrigatório no normativo internacional.

3. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS UTILIZADAS

Na elaboração das Demonstrações Financeiras foram utilizados os princípios contabilísticos da continuidade das operações, da especialização dos exercícios e do custo histórico, considerando as reavaliações do imobilizado corpóreo, e aplicando os seguintes critérios valorimétricos e políticas contabilísticas:

a) Activo imobilizado corpóreo

O activo imobilizado corpóreo é apresentado ao seu custo de aquisição, incluindo as sucessivas reavaliações legais referidas na nota 12, acrescidos das despesas imputáveis à compra.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada tipo de activo.

b) Activo imobilizado incorpóreo

O activo imobilizado incorpóreo é apresentado ao seu custo de aquisição e é amortizado pelo método das quotas constantes durante um período de 3 anos.

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição adicionado das despesas de compra ou, no caso dos empréstimos concedidos a empresas interligadas e de outros empréstimos concedidos, ao valor nominal. As perdas permanentes de valor estimadas na realização das participações financeiras e empréstimos, encontram-se registadas na rubrica provisão para investimentos financeiros.

Na determinação do custo de aquisição das participações financeiras alienadas é utilizado o critério de relevação por lotes.

d) Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria são registados ao mais baixo do custo de aquisição, incluindo os gastos adicionais de compra mas excluindo eventuais parcelas de rendimentos correspondentes ao tempo decorrido, ou do valor de mercado.

e) Dívidas de e a Terceiros

As operações em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data considerada para a operação.

À data do balanço as dívidas resultantes dessas operações, em relação às quais não exista fixação de câmbio, são actualizadas com base no câmbio dessa data. As respectivas diferenças de câmbio são reconhecidas como resultados do exercício.

f) Reconhecimento de Custos e Proveitos

Os custos e proveitos são contabilizados no exercício a que respeitam, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

g) Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efectivamente necessários para fazer face a perdas estimadas.

h) Imposto sobre o Rendimento

O imposto do exercício sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Sociedade de acordo com as regras fiscais em vigor e considera, quando existem situações relevantes, a tributação diferida.

Os impostos diferidos, quando relevantes, são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais reportáveis são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar.

6. IMPOSTOS

Estão em aberto obrigações fiscais de reinvestimento decorrentes da alienação de participações financeiras ocorridas em exercícios anteriores. Conforme tem sido política seguida em anos anteriores, é intenção do Conselho de Administração cumprir estas obrigações de reinvestimento através da aquisição de outras participações, nos termos da legislação fiscal em vigor, facto pelo qual, os ganhos gerados em exercício anteriores (cujos valores mais significativos ocorreram no exercício de 2000) não foram incluídos no cálculo das estimativas de imposto sobre lucros de 2000, 2001, 2002 e 2003.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO DA SOCIEDADE

Durante o 1º semestre de 2003, o número médio de pessoas ao serviço da Sociedade foi o seguinte:

	03.06.30
Empregados	36

8. DESPESAS DE INSTALAÇÃO E DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A Sociedade procedeu ao abate de emolumentos pagos em exercícios anteriores, registados na rubrica "Despesas de instalação", no montante de 609.536 Euros relativos a operações de aumento de capital e alterações a contratos de sociedade, e que foram reclamados judicialmente, tendo sido recebidos do Estado Português durante o primeiro semestre, como consequência de decisão judicial favorável (Notas 10 e 46).

10. MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO

Os movimentos ocorridos durante o período, nas rubricas do activo immobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações podem ser resumidos como segue:

Activo Bruto						euros
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	16.800.861				-609.536	16.191.325
Propriedade industrial e outros direitos	19.486					19.486
	16.820.347				-609.536	16.210.811
Imobilizações corpóreas:						
Equipamento básico	17.352					17.352
Equipamento de transporte	194.407					194.407
Equipamento administrativo	1.560.516		1.101			1.561.617
	1.772.275		1.101			1.773.376
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo	2.338.037.132		216.204.059	290.348		2.553.950.843
Empréstimos a empresas do grupo	1.575.883.797		193.128.220	309.633.190	16.169.940	1.475.548.767
Titulos e outras aplicações financeiras			49.880			49.880
	3.913.920.929		409.382.159	309.923.538	16.169.940	4.029.549.490

Amortizações						euros
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	16.800.861				-609.536	16.191.325
Propriedade industrial e outros direitos	19.486					19.486
	16.820.347				-609.536	16.210.811
Imobilizações corpóreas:						
Equipamento básico	11.286		868			12.154
Equipamento de transporte	194.407					194.407
Equipamento administrativo	1.523.294		7.161			1.530.455
	1.728.987		8.029			1.737.016

12. DIPLOMAS LEGAIS EM QUE SE BASEOU A REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

A Sociedade procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei nº 49/91 de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro

13. REAVALIAÇÕES

As reavaliações descritas na nota anterior já não produzem diferença entre o custo histórico e o valor reavaliado líquido.

16. RELAÇÃO DAS EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Em 30 de Junho de 2003, a Sociedade detinha as seguintes participações em empresas do grupo e associadas:

Firma	Sede	% de Participação	euros	
			Capitais Próprios	Resultados em 30 de Junho de 2003
Integrum - Serviços Partilhados, SA	Maia	85,00	-1.506.767	-1.801.780
Interlog, SGPS, SA	Lisboa	1,02	17.964.561	212.409
Modelo Continente, SGPS, SA	Matosinhos	57,03	2.253.861.064	28.907.582
Sonae Capital, SGPS, SA	Maia	100,00	121.145.751	57.618.160
Sonae Indústria, SGPS, SA	Maia	95,87	808.427.580	124.160.754
Sonae Investimentos América Latina, Lda	S. Paulo	99,99	15.670	879
Sonae Investments, BV	Holanda	100,00	-287.233.480	-45.267.663
Sonae Produtos e Derivados Florestais, SGPS, SA	Maia	100,00	244.604.953	821.446
Sonae Turismo, SGPS, SA	Maia	97,89	199.684.809	2.370.179
Sonae.com, SGPS, SA	Maia	17,27	489.891.152	-20.447.329
Sonae 3 P - Panels, Pulp and Paper, SGPS, SA	Maia	100,00	48.943	-475
Sonaegest Soc. Gest.Fundos Imobiliários, SA	Maia	20,00	1.406.498	-38.757

Por estipulação da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, informa-se que se encontra em curso litígio judicial em que se discute a validade das aquisições efectuadas através da escritura lavrada ao abrigo do artigo 490º do Código das Sociedades Comerciais, produzindo tal litígio apenas efeitos em relação à titularidade de 7.467 acções representativas do capital social da Interlog - SGPS, S.A..

A empresa consolida as suas contas na Efanor Investimentos, SGPS, SA com sede no Porto, apresentando ela própria contas consolidadas.

27. OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS SIMILARES EMITIDOS PELA SOCIEDADE

OBRIGAÇÕES SONAE / 97

14.963.936.912 obrigações - Valor nominal: 0,01 euros, resultantes da redenominação de 3.000.000 obrigações com o valor nominal de Esc. 10.000\$00

Modalidade: Obrigações clássicas

Subscrição: Particular em 24 de Outubro de 1997

Representação: Títulos desmaterializados

Realização: Pagamento integral, ao valor nominal, no acto de subscrição

Prazo do Empréstimo: 10 anos, salvo se ocorrer reembolso antecipado

Taxa de Juro Nominal:

1º ao 14º cupão - correspondente à Lisbor, divulgada nas páginas da Reuters, para prazos de seis meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao 1º dia de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,17%;

15º ao 20º cupão - correspondente à Lisbor, divulgada nas páginas da Reuters, para prazos de seis meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao 1º dia de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,22%;

Pagamento de juros: semestral e postecipadamente em 24 de Abril e 24 de Outubro de cada ano.

Reembolso: Far-se-á ao par, em duas prestações iguais, por redução do valor nominal, na data de vencimento dos 18º (24 de Outubro de 2005) e 20º (24 de Outubro de 2006) cupões. O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por iniciativa da emitente, total ou parcialmente, neste último caso por redução ao valor nominal na data de vencimento do 6º, 10º, 14º e 16º cupões mediante o pagamento de prémios de reembolso de 0,02%, 0,01%, 0,0% e 0,0075%, respectivamente, calculados sobre o montante antecipadamente reembolsado. O empréstimo poderá ainda ser reembolsado antecipadamente por iniciativa dos obrigacionistas, total ou parcialmente ao valor nominal na data de vencimento do 14º cupão (24 de Outubro de 2004). Na primeira situação a emitente deverá publicar aviso no Boletim de Cotações da Bolsa de Valores de Lisboa com antecedência mínima de trinta dias. Na segunda situação deverão os obrigacionistas comunicar a sua intenção à emitente, por escrito, também com uma antecedência de trinta dias.

Regime Fiscal: retenção na fonte de IRS/IRC à taxa de 20%, liberatória para pessoas singulares, salvo se optarem por englobamento de rendimentos, e isenção de imposto de sucessões e doações.

Admissão à cotação no 2º Mercado, em 11 de Maio de 1998.

OBRIGAÇÕES DENOMINADAS “INPARSA / 98”

4.987.979.009 obrigações - Valor nominal 0,01 euros, resultantes da redenominação de 10.000.000 obrigações com o valor nominal 1.000\$00

Modalidade: Obrigações com direitos de subscrição de acções e taxa de juro variável.

Subscrição: Indirecta, com a obrigação de ser realizada uma oferta pública reservada a accionistas a que correspondeu um direito de subscrição de 0,34188034 obrigações por acção.

Representação: Títulos desmaterializados.

Realização: Pagamento integral, ao valor nominal, no acto de subscrição.

Prazo do empréstimo: 5 anos

Direitos de subscrição de acções: Um direito de subscrição (warrant A) de 2 acções da Inparsa, ao preço de 1.500\$00 por acção, a exercer no final do 2º ano; um direito de subscrição (warrant B) de 2 acções Inparsa, ao preço de 1.500\$00 por acção, a exercer no final do 3º ano. Em 1999 e nos termos da deliberação de emissão a Sociedade antecipou o exercício dos warrants A e B.

Taxa de juro nominal: A taxa de juro é variável, indexada à taxa Lisbor a 6 meses verificada no segundo dia útil anterior ao início do período de contagem de juros, com um “spread” negativo de 5 pontos percentuais até ao 6º cupão inclusive e positivo de 0.35 pontos percentuais a partir do 7º cupão inclusive. A taxa de juro não pode ser, no entanto, inferior a 0%. Como a empresa optou pela redenominação do empréstimo para Euros, a respectiva taxa indexante é a taxa Euribor, tal como definido nas condições do empréstimo obrigacionista.

Pagamento de juros: Semestral e postecipadamente em 11 de Janeiro e 11 de Julho de cada ano.

Reembolso: O empréstimo será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, em 11 de Janeiro de 2004.

Regime fiscal: retenção na fonte de IRS/IRC à taxa de 20%, liberatória para pessoas singulares salvo se optarem por englobamento de rendimentos, e isenção de imposto de sucessões e doações.

No dia 1 de Fevereiro de 1998 o Empréstimo Obrigacionista foi admitido à cotação.

29. DÍVIDAS A TERCEIROS VENCÍVEIS A MAIS DE CINCO ANOS

O valor registado na rubrica Empréstimos bancários de médio e longo prazo corresponde a um financiamento junto de uma instituição bancária para o qual são solidariamente responsáveis a Sociedade e a sua participada Sonae Indústria, SGPS, SA, que vence juros à taxa de mercado e que será reembolsado em prestações semestrais consecutivas, vencendo-se a primeira em 15 de Dezembro de 2003 (consideradas as prestações de 15 de Dezembro de 2003 e a de 15 de Junho de 2004, em dívidas a instituições de crédito - curto prazo) e a última em 15 de Junho de 2011.

31. COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO REFLECTIDOS NO BALANÇO

Em 30 de Junho de 2003, eram os seguintes os valores de compromissos financeiros não reflectidos no balanço:

	euros
Rendas de ALD vincendas	180.263

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 30 de Junho de 2003, a Sociedade tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

Garantias:

	euros
1ª Repartição de Finanças da Maia	1.668.260
Tribunal Administrativo do Porto	280.708
3ª Juízo Cível do Porto	74.491
Banco Europeu de Investimento (a)	169.000.000

(a) Inclui 119.000.000 de euros relativos a garantia solidária com as filiais Sonae Indústria, SGPS, SA e a Glunz, AG.

Fiança a favor da Caixa Geral de Depósitos relativa a financiamento no montante de 23.692.900 euros concedido à Imoarea - Sociedade Imobiliária, S.A.

Fiança a favor da Caixa Geral de Depósitos relativa a financiamento no montante de 14.963.937 euros concedido à Imoarea - Sociedade Imobiliária, S.A.

A Sociedade é solidariamente responsável por financiamentos da sua filial Sonae Investments, BV no montante de 115.201.485 euros.

A Sociedade é solidariamente responsável por um financiamento das suas filiais Sonae Indústria, SGPS, SA e Glunz, AG no montante de 119.000.000 euros.

A Sociedade é solidariamente responsável por um financiamento da sua filial Sonae Tafibra UK até na montante de 2.000.000 GBP, encontrando-se utilizados em 30 de Junho de 2003 o montante de 955.834 GBP.

A Sociedade é solidariamente responsável por um financiamento das suas filiais Sonae Indústria, SGPS, SA e Tableros Aglomerados Ibericos, SA até na montante de 27.000.000 euros, encontrando-se utilizados em 30 de Junho de 2003 o montante de 25.006.000 euros.

Penhor sobre 31,83% de acções Modelo Continente, SGPS, SA dado ao Grupo Santander em cumprimento de disposições contratuais decorrentes de contratos de opção de compra e venda de acções Modelo Continente, SGPS, SA com uma filial.

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 30 de Junho de 2003 o capital social está representado por 2.000.000.000 de acções ordinárias ao portador escriturais, com o valor nominal unitário de 1 euro.

37. PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL SUPERIOR OU IGUAL A 20%, POR PESSOAS COLECTIVAS

As seguintes pessoas colectivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 30 de Junho de 2003:

Sociedade	%
Efanor Investimentos, SGPS, SA	50,81

40. MOVIMENTOS OCORRIDOS NO PERÍODO NAS RUBRICAS DE CAPITALS PRÓPRIOS

Os movimentos ocorridos nas rubricas de capitais próprios durante o 1º semestre de 2003 foram como segue:

Rubricas	euros		
	Saldo Inicial	Aumentos	Saldo Final
Capital	2.000.000.000		2.000.000.000
Acções Próprias:			
Valor nominal	-134.128.021		-134.128.021
Desconto e prémios	-9.856.199		-9.856.199
Reservas			
- Reservas legais	150.629.362		150.629.362
- Outras reservas			
- Livres	1.660.648.244	399.381.278	1.261.266.966
- Reserva nos termos do artº 324 CSC	144.508.555		144.508.555
	3.811.801.941	399.381.278	3.412.420.663

Aplicação dos resultados líquidos referentes ao exercício de 2002, conforme deliberação da Assembleia Geral anual:

	euros
Reservas livres	-399.381.278
	-399.381.278

43. REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

	euros
Conselho de Administração	372.759

45. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS FINANCEIROS

	euros	
Custos e perdas	03.06.30	02.06.30
Juros suportados	14.226.760	18.149.823
Outros custos e perdas financeiras	2.079.645	379.882
Resultados financeiros	19.573.054	20.308.302
	35.879.459	38.838.007
Proveitos e ganhos	03.06.30	02.06.30
Juros obtidos	35.879.350	34.721.665
Diferenças de câmbio favoráveis	109	
Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		4.116.342
	35.879.459	38.838.007

46. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

	euros	
Custos e perdas	03.06.30	02.06.30
Donativos	40.000	
Outros custos e perdas extraordinárias	84	
Resultados extraordinários	789.985	3.584.993
	830.069	3.584.993
Proveitos e ganhos	03.06.30	02.06.30
Ganhos em imobilizações	47.252	
Outros proveitos e ganhos extraordinários	782.817	3.584.993
	830.069	3.584.993

47. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Decreto-Lei n.º 318/94 artº 5º nº 4

Durante o 1º semestre de 2003 foram celebrados contratos de suprimentos com as seguintes empresas:

Sonae Capital, SGPS, SA
Sonae Investments BV
Sonae Turismo SGPS, SA

Durante 1º semestre de 2003 foram celebrados contratos de operações de tesouraria com as seguintes empresas:

Barmins - Serviços e Gestão Imobiliária, SA
Contacto, Sociedade de Construções, SA
Efanor Investimentos, SGPS, SA
Empreendimentos Imobiliários Contacto II, SA
Modelo Continente, SGPS, SA
Novis Telecom, SA
Praedium - Desenvolvimento Imobiliário, SA
Sonae Indústria, SGPS, SA
Sonae Retalho Especializado, SGPS, SA
Sonae Turismo, SGPS, SA
Star Viagens, SA
We Do Consulting, SA

As respectivas posições credoras em 30 de Junho de 2003 são as seguintes:

Empréstimos Concedidos

	euros
Empresas	Saldo final
Integrum - Serviços Partilhados, SA	1.914.000
Modelo Continente, SGPS, SA	45.000.000
Pargeste, SGPS, SA	7.024.071
Somit Soc. Madeiras Ind. Transformadas, SA	4.966.000
Sonae Capital, SGPS, SA	162.398.104
Sonae Indústria, SGPS, SA	222.493.070
Sonae Investments BV	1.106.107.855
Sonae Produtos e Derivados Florestais, SGPS, SA	14.953.733
Sonae Turismo, SGPS, SA	14.167.458
	1.579.024.291

As respectivas posições devedoras em 30 de Junho de 2003 são as seguintes:

Empréstimos Obtidos

	euros
Empresas	Saldo Final
Barmins - Serviços e Gestão Imobiliária, SA	37.000
Cinclus - Planeamento e Gestão de Projectos, SA	1.200.000
Interlog, SGPS, SA	13.075.600
SonaeCom, SGPS, SA	81.906.000
Spinveste - Gestão Imobiliária, SGII, SA	77.000
Urbisedas - Imobiliária das Sedas, SA	314.000
	96.609.600

48. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Em 30 de Abril de 2003 a Sociedade assinou com uma instituição financeira um contrato de derivado financeiro, segundo o qual lhe é concedida a capacidade para adquirir um lote de 116.625.111 acções representativas do capital social da Portucel – Empresa Produtora de Pasta de Papel, S.A., que aquela instituição financeira adquiriu com condição suspensiva a uma filial da Sociedade por um montante igual ao preço da sua alienação por esta filial. O referido contrato contempla a possibilidade de alienação das acções pela instituição financeira a terceiros, caso a Sociedade a não impeça.

Em resultado da celebração deste contrato, a Sociedade regista os respectivos custos nas demonstrações financeiras anexas na rubrica de custos financeiros (Nota 45).

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

MAGALHÃES, NEVES & ASSOCIADOS, SROC S.A.

Inscrição na OROC nº 95
Registo na CMVM nº 223
NIPC 502 558 610
Capital Social 50.000 euros
Matriculada na CRC de Lisboa sob o nº 12.179

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL INDIVIDUAL

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2003, da Sonae, S.G.P.S., S.A., incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 4.154.114.157 Euros e um total de capital próprio de 3.429.580.632 Euros, incluindo um resultado líquido de 17.159.969 Euros) e na Demonstração dos resultados do período de seis meses findo naquela data e no correspondente Anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação da informação financeira histórica semestral de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (ii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iii) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação financeira semestral.

Reserva

8. Conforme referido no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, as participações financeiras em empresas do grupo e associadas, encontram-se registadas ao custo de aquisição e não pelo método da equivalência patrimonial conforme requerido pela Directriz Contabilística nº 9. A Empresa irá preparar e apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2003. Embora na Nota 16 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados seja apresentada informação financeira das empresas do grupo e associadas, à data deste relatório, não foi quantificado o efeito nas demonstrações financeiras anexas que resultaria caso tivesse sido utilizado o método da equivalência patrimonial para registar os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas.

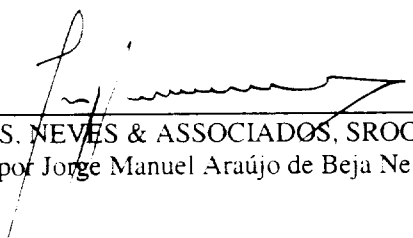
Parecer

9. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, excepto para os efeitos do assunto descrito no parágrafo 8 acima, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2003 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

10. Conforme referido na Nota 6 do Anexo, a Empresa registou em exercícios anteriores ganhos relativos a alienações de participações financeiras (cujos valores mais significativos ocorreram no exercício de 2000) essencialmente a outras empresas do Grupo. De acordo com a política seguida em anos anteriores, é intenção do Conselho de Administração da Empresa cumprir com as respectivas obrigações fiscais de reinvestimento através da aquisição de outras participações financeiras, nos termos da legislação em vigor.

Porto, 31 de Julho de 2003


MAGALHÃES, NEVES & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

**RELATÓRIO DE AUDITORES SOBRE REVISÃO LIMITADA DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INDIVIDUAIS RELATIVAS AO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2003**

**Ao Conselho de Administração e Accionistas da
Sonae, S.G.P.S., S.A.**

1. Efectuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras semestrais da Sonae, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem o balanço em 30 de Junho de 2003, a demonstração dos resultados por naturezas para o período de seis meses findo naquela data e o correspondente anexo. A preparação destas demonstrações financeiras semestrais é da responsabilidade do Conselho de Administração da Sonae, S.G.P.S., S.A.
2. A nossa revisão limitada das demonstrações financeiras semestrais acima referidas consistiu, essencialmente, em inquéritos e entrevistas aos directores e outros responsáveis da Sonae, S.G.P.S., S.A. e na aplicação de procedimentos analíticos sobre a informação financeira e contabilística. Esta revisão limitada teve um âmbito substancialmente menor do que o de uma auditoria efectuada de acordo com os princípios de auditoria geralmente aceites, a qual tem como objectivo a expressão de uma opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas como um todo. Consequentemente, não expressamos essa opinião.
3. Conforme referido no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, as participações financeiras em empresas do grupo e associadas, encontram-se registadas ao custo de aquisição e não pelo método da equivalência patrimonial conforme requerido pela Directriz Contabilística nº 9. A Empresa irá preparar e apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2003. Embora na Nota 16 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados seja apresentada informação financeira das empresas do grupo e associadas, à data deste relatório, não foi quantificado o efeito nas demonstrações financeiras anexas que resultaria caso tivesse sido utilizado o método da equivalência patrimonial para registar os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas.
4. Baseados na nossa revisão limitada, excepto para os efeitos do assunto descrito no parágrafo 3 acima, não tomámos conhecimento de quaisquer outras situações que afectem de forma significativa a conformidade das demonstrações financeiras semestrais referidas no parágrafo 1 acima, com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.
5. Conforme referido na Nota 6 do Anexo, a Empresa registou em exercícios anteriores ganhos relativos a alienações de participações financeiras (cujos valores mais significativos ocorreram no exercício de 2000) essencialmente a outras empresas do Grupo. De acordo com a política seguida em anos anteriores, é intenção do Conselho de Administração da Empresa cumprir com as respectivas obrigações fiscais de reinvestimento através da aquisição de outras participações financeiras, nos termos da legislação em vigor.

Porto, 31 de Julho de 2003

Deloitte & Touche